

Tonon Bioenergia S.A.

**Informações contábeis intermediárias em
30 de setembro de 2015**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstração resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	10



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457
14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil

Telefone 55 (16) 3323-6650
Fax 55 (16) 3323-6651
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

À
Diretoria e Acionistas da
Tonon Bioenergia S.A.
Bocaina - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Tonon Bioenergia S.A. (“Companhia”), individual e consolidado, em 30 de setembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de informações contábeis intermediárias.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias.

Ênfase sobre as informações contábeis intermediárias

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas onde a Administração está adotando medidas para melhoria de geração de caixa e do seu capital de giro. Em 30 de setembro de 2015, o passivo circulante Consolidado e da Controladora excedeu o ativo circulante em R\$ 292.655 mil, o patrimônio líquido está negativo em R\$ 1.121.746 mil e o prejuízo do período foi de R\$ 751.516 mil. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Ribeirão Preto, 30 de novembro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Cláudio José BIASON
Contador CRC 1SP144806/O-7



Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

Tonon Bioenergia S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2015 e 31 de março de 2015

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Consolidado		Controladora		Passivos	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2015	31/03/2015	30/09/2015	31/03/2015			30/09/2015	31/03/2015	30/09/2015	31/03/2015
Caixa e equivalente de caixa	11	110.066	38.742	110.708	39.191	Fornecedores	22	120.212	115.300	120.212	115.300
Outros investimentos	12	-	14	-	14	Instrumentos financeiros derivativos	28	1.702	1.218	1.702	1.218
Contas a receber de clientes	13	62.988	21.236	62.988	21.236	Empréstimos e financiamentos	23	268.054	303.108	268.054	303.099
Estoques	14	76.770	54.536	76.770	54.536	Salários e encargos sociais		31.033	18.873	31.033	18.873
Adiantamento a fornecedores	15	31.050	32.920	31.050	32.920	Tributos a recolher	24	9.174	2.349	9.174	2.349
Despesas antecipadas		1.841	288	1.841	288	Parcelamentos tributários	25	15.930	8.128	15.930	8.128
Tributos a recuperar	16	9.951	13.034	9.951	13.034	Adiantamento de clientes	26	136.013	63.648	136.013	63.648
Imposto de renda e contribuição social		-	151	-	151	Outras contas a pagar		3.236	2.848	3.878	3.343
Outras contas a receber		33	48	33	48	Total do passivo circulante		585.354	515.472	585.996	515.958
Total do ativo circulante		292.699	160.969	293.341	161.418	Fornecedores	22	874	2.069	874	2.069
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	23	2.531.252	1.811.905	2.531.252	1.811.868
Despesas antecipadas		17	25	17	25	Adiantamento de clientes	26	131.832	159.233	131.832	159.233
Outros investimentos	12	3.694	3.694	3.694	3.694	Provisão para contingências	27	23.102	7.570	23.102	7.570
Adiantamento a fornecedores	15	77.451	100.539	77.451	100.539	Parcelamentos tributários	25	20.030	18.723	20.030	18.723
Ativo fiscal diferido	17	234.965	249.654	234.965	249.654	Total do passivo não circulante		2.707.090	1.999.500	2.707.090	1.999.463
Tributos a recuperar	16	39.778	33.508	39.778	33.508	Patrimônio líquido					
Depósitos judiciais		5.298	4.813	5.298	4.813	Capital social		111.080	104.754	111.080	104.754
		361.203	392.233	361.203	392.233	Adiantamento para futuro aumento de capital		-	50.000	-	50.000
Investimentos						Reserva legal		993	993	993	993
Imobilizado	18	2.107	2.430	2.107	2.430	Reserva de capital		210.890	167.216	210.890	167.216
Ativo biológico	19	556.404	614.501	556.404	614.501	Reserva especial de ágio		34.806	34.806	34.806	34.806
Intangível	20	808.568	823.880	808.568	823.880	Reserva de reavaliação		3.889	4.309	3.889	4.309
	21	149.715	150.724	149.715	150.724	Ajuste de avaliação patrimonial		70.211	73.958	70.211	73.958
Total do ativo não circulante		1.877.997	1.983.768	1.877.997	1.983.768	Prejuízos acumulados		(1.553.617)	(806.271)	(1.553.617)	(806.271)
						Total do patrimônio líquido	30	(1.121.748)	(370.235)	(1.121.748)	(370.235)
Total do ativo		2.170.696	2.144.737	2.171.338	2.145.186	Total do passivo		3.292.444	2.514.972	3.293.086	2.515.421
						Total do passivo e patrimônio líquido		2.170.696	2.144.737	2.171.338	2.145.186

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias .

Tonon Bioenergia S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de seis e três meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado				Controladora			
		30/09/2015 (6 meses)	30/09/2014 (6 meses)	30/09/2015 (3 meses)	30/09/2014 (3 meses)	30/09/2015 (6 meses)	30/09/2014 (6 meses)	30/09/2015 (3 meses)	30/09/2014 (3 meses)
Receita	31	504.886	540.315	311.625	328.518	504.886	540.315	311.624	328.518
Custo das vendas		(459.354)	(491.022)	(273.155)	(312.814)	(459.354)	(491.022)	(273.155)	(312.814)
Variação do valor justo de ativo biológico	20	51.012	30.616	(15.137)	31.197	51.012	30.616	(15.137)	31.197
Lucro bruto		96.544	79.909	23.333	46.901	96.544	79.909	23.332	46.901
Despesas administrativas	32	(6.837)	(3.292)	(2.092)	(1.488)	(6.837)	(3.292)	(2.092)	(1.488)
Despesas de vendas	32	(37.467)	(34.515)	(24.369)	(20.965)	(37.467)	(34.515)	(24.369)	(20.965)
Despesas gerais	32	(31.183)	(14.803)	(8.779)	(7.795)	(31.183)	(14.803)	(8.779)	(7.795)
Equivalência patrimonial	18	(98)	(1.295)	(71)	(36)	(244)	(1.295)	(167)	(16)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	32	(25.773)	(19.383)	(15.136)	1.109	(25.478)	(19.383)	(14.840)	1.109
		(101.358)	(73.288)	(50.447)	(29.175)	(101.209)	(73.288)	(50.247)	(29.155)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(4.814)	6.621	(27.114)	17.726	(4.665)	6.621	(26.915)	17.746
Receitas financeiras	33	2.213.367	306.378	1.474.656	337.181	1.500.377	306.378	894.844	244.914
Despesas financeiras	33	(2.945.380)	(551.550)	(2.212.462)	(551.704)	(2.232.539)	(551.550)	(1.632.849)	(459.457)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	33	(732.013)	(245.172)	(737.806)	(214.523)	(732.162)	(245.172)	(738.005)	(214.543)
Prejuízo antes dos impostos		(736.827)	(238.551)	(764.920)	(196.797)	(736.827)	(238.551)	(764.920)	(196.797)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(14.689)	67.772	38.344	55.639	(14.689)	67.772	38.344	55.639
Prejuízo do período		(751.516)	(170.779)	(726.576)	(141.158)	(751.516)	(170.779)	(726.576)	(141.158)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias .

Tonon Bioenergia S.A.

Demonstração resultados abrangentes

Períodos de seis e três meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado				Controladora			
	30/09/2015 (6 meses)	30/09/2014 (6 meses)	30/09/2015 (3 meses)	30/09/2014 (3 meses)	30/09/2015 (6 meses)	30/09/2014 (6 meses)	30/09/2015 (3 meses)	30/09/2014 (3 meses)
Prejuízo do período	(751.516)	(170.779)	(726.576)	(141.158)	(751.516)	(170.779)	(726.576)	(141.158)
Variação líquida no valor justo e ativos financeiros mantidos para venda	-	8.224	-	8.224	-	8.224	-	8.224
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	-	(2.796)	-	(2.796)	-	(2.796)	-	(2.796)
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	-	5.428	-	5.428	-	5.428	-	5.428
Resultado abrangente total	(751.516)	(165.351)	(726.576)	(135.730)	(751.516)	(165.351)	(726.576)	(135.730)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias .

Tonon Bioenergia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Nota	Reserva de lucros									Total
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Reserva de capital	Reserva especial de ágio	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	
Saldo em 31 de março de 2014	88.265	50.000	167.216	34.806	993	-	5.175	81.973	(175.088)	253.340
Aumento de capital	16.490	-	-	-	-	-	-	-	-	16.490
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	5.428	-	-	-	5.428
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	4.315	-	(4.315)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação - Incorporação	-	-	-	-	-	-	(440)	-	440	-
Ajuste de avaliação patrimonial - custo atribuído - Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(170.779)	(170.779)
Compensação de prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	(9.743)	-	-	9.743	-
Saldo em 30 de setembro de 2014	104.755	50.000	167.216	34.806	993	-	4.735	77.658	(335.684)	104.479
Saldo em 31 de março de 2015	104.754	50.000	167.216	34.806	993	-	4.309	73.958	(806.271)	(370.235)
Aumento de capital	6.326	(6.326)	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	3.747	-	(3.747)	-	-
Reserva de reavaliação - Incorporação	-	-	-	-	-	-	(420)	-	420	-
Reserva de capital	-	(43.674)	43.674	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(751.516)	(751.516)
Compensação de prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	(3.747)	-	-	3.747	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Saldo em 30 de setembro de 2015	111.080	-	210.890	34.806	993	-	3.889	70.211	(1.553.617)	(1.121.748)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Tonon Bioenergia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de seis meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015 (6 meses)	30/09/2014 (6 meses)	30/09/2015 (6 meses)	30/09/2014 (6 meses)
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do período	(751.516)	(170.779)	(751.516)	(170.779)
Ajustado por:				
Depreciação dos ativos imobilizados	20.605	20.500	20.605	20.500
Amortização dos ativos intangíveis	1.227	1.228	1.227	1.228
Realização da manutenção de entressafra	57.030	77.550	57.030	77.550
Amortização da lavoura e tratos	128.419	147.153	128.419	147.153
Mudança no valor justo de ativos biológicos	(51.012)	(30.616)	(51.012)	(30.616)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.094	(91)	1.094	(91)
Provisão para contingências	15.532	(2.042)	15.532	(2.042)
Ativos e passivos fiscais diferidos	14.689	(67.772)	14.689	(67.772)
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	682.832	203.895	682.832	203.895
Mudança no valor justo de instrumentos derivativos	484	2.071	484	2.071
Valor residual de ativo imobilizado alienado	25.603	3.621	25.603	3.621
Capitalização juros sobre imobilizado	(873)	-	(873)	-
Ajuste do ágio	-	13.758	-	13.758
Resultado de equivalência patrimonial	98	1.295	244	1.295
	144.212	199.771	144.358	199.771
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento)/diminuição em outros investimentos	14	(2.639)	14	(2.639)
(Aumento)/diminuição de contas a receber de clientes	(42.846)	(51.156)	(42.846)	(51.156)
(Aumento)/diminuição de estoques	(22.234)	(27.798)	(22.234)	(27.798)
(Aumento)/diminuição em adiantamentos a fornecedores	24.958	3.106	24.958	3.106
(Aumento)/diminuição em despesas antecipadas	(1.545)	(738)	(1.545)	(738)
(Aumento)/diminuição em tributos a recuperar	(3.036)	9.638	(3.036)	9.638
(Aumento)/diminuição em outras contas a receber	15	430	15	430
(Aumento)/diminuição em depósitos judiciais	(485)	(336)	(485)	(336)
(Aumento)/diminuição em investimentos	225	(1.198)	79	(1.198)
Aumento/(diminuição) de fornecedores	3.717	22.440	3.717	22.440
Aumento/(diminuição) de salários e encargos sociais	12.160	7.972	12.160	7.972
Aumento/(diminuição) de tributos a recolher	6.825	9.592	6.825	9.592
Aumento/(diminuição) em adiantamento de clientes	44.964	65.870	44.964	65.870
Aumento/(diminuição) em outras contas a pagar	388	(1.523)	535	(1.523)
Aumento (diminuição) em parcelamentos tributários	9.109	(2.207)	9.109	(2.207)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(72.030)	(63.476)	(72.030)	(63.476)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	104.411	167.748	104.558	167.748
Fluxo de caixa de atividades de investimentos				
Aquisição da Tonon Luxembourg S.A.	-	(96)	-	(96)
Investimento em ativo imobilizado	(44.268)	(72.454)	(44.268)	(72.454)
Aquisição de intangível	(218)	(720)	(218)	(720)
Investimento em ativo biológico	(62.095)	(124.997)	(62.095)	(124.997)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	(106.581)	(198.267)	(106.581)	(198.267)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos tomados	246.758	647.220	246.758	647.220
Amortização principal de empréstimos e financiamentos	(173.264)	(560.091)	(173.218)	(560.091)
Fluxo de caixa gerado pelas nas atividades de financiamento	73.494	87.129	73.540	87.129
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	71.324	56.610	71.517	56.610
Demonstração da variação em caixa e equivalentes de caixa				
No final do período	110.066	136.454	110.708	136.454
No início do período	38.742	79.844	39.191	79.844
	71.324	56.610	71.517	56.610

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Tonon Bioenergia S.A. tem sua sede localizada na Rodovia Jaú-Araraquara, KM 129, Fazenda Santa Cândida, no Município de Bocaina, Estado de São Paulo, sua estrutura operacional é composta por 3 (três) unidades: uma no Estado do Mato Grosso do Sul, na cidade de Maracajú que tem como denominação “Unidade de Vista Alegre”, e duas no Estado de São Paulo, sendo uma na cidade de Brotas denominada “Unidade Paraíso” e a sede na cidade de Bocaina denominada “Unidade Santa Cândida”. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar, a fabricação e a comercialização de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar; co-geração de energia elétrica; exploração agrícola de produtos e de matéria-prima.

Aproximadamente 75% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é proveniente de lavouras próprias e de parcerias agrícolas e 25% de fornecedores terceiros.

(i) Tonon Luxembourg S.A.

A Tonon Luxembourg S.A., Companhia criada em 07 de maio de 2014, com sede na rua Guillaume Kroll, 5 em Luxemburgo, tem como atividade preponderante a comercialização de açúcar e etanol.

(ii) Plano estratégico da Companhia

Em 31 de março de 2015, o passivo circulante Consolidado da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 354.503, a Controladora em R\$ 354.540, o patrimônio líquido estava negativo em R\$ 370.235 e o prejuízo do exercício foi de R\$ 647.623. Em 30 de setembro de 2015, o passivo circulante Consolidado e da Controladora excedeu o ativo circulante em R\$ 292.655, o patrimônio líquido está negativo em R\$ 1.121.746 e o prejuízo do período foi de R\$ 751.516. Os principais fatores que levaram a Companhia na obtenção destes números foram:

- Seca mais relevante de toda a história ocorrida na região Centro-Sul ocasionou perda da moagem de 1,5 milhões de toneladas, representando uma perda frente ao estimado de 18,2% e perda de receita na ordem de R\$ 165 milhões;
- Valorização do dólar frente ao real nos seis meses da safra foi de 24,18%, gerando uma variação cambial passiva no Consolidado de R\$ 583.247 e na Controladora R\$ 583.397, sabendo que parte substancial desse valor refletirá no caixa somente em sua liquidação (2019 e 2020);
- Situação econômica brasileira levou a safra 14/15 a uma das maiores restrições de crédito justamente no momento em que a Companhia investiu na expansão da unidade Vista Alegre. Sua capacidade instalada passou de 2,5 milhões de capacidade instalada para 3,7 milhões. Esses investimentos eram necessários para a Companhia atender a expansão dos ativos de cogeração detidos pela Brookfield. Esses investimentos de expansão da Unidade Vista Alegre bem como os investimentos realizados nas Unidades Paraíso e Santa Cândida levaram a Companhia a passar de 4,9 milhões de cana própria para uma estimativa de 6,1 milhões de cana própria para a safra 15/16.

A Administração da Companhia apresentou seu plano estratégico ao Conselho de Administração que foi aprovado em 23 de março de 2015. A Companhia trabalha ativamente para reestruturar sua dívida de curto prazo. O plano estratégico inclui uma diminuição significativa na dívida de curto prazo através de novas captações, que estão em processo de negociação com instituições financeiras e investidores. Estas medidas são extremamente necessárias para reforçar a estrutura de capital. O sucesso em atingir os objetivos previstos no plano estratégico baseia-se no significativo volume de ativos disponíveis e não onerados de propriedade da Companhia.

2 Entidades do grupo

A Companhia possui participação societária, conforme destacada abaixo:

Entidade	Cidade/Estado- País		Participação acionária	
			2015	2014
Auto Posto Santa Cândida Ltda. (a)	Bocaina/SP-Brasil	Controlada	99%	100%
Tonon Luxembourg S.A. (b)	Luxemburgo	Controlada	100%	-

- (a) As demonstrações financeiras não foram consolidadas devido à imaterialidade dos saldos da Empresa Controlada.
- (b) A Tonon Luxembourg foi a responsável pelo recebimento dos recursos de bonds captados em 14 de maio de 2014 com repasse à Controladora, Tonon Bioenergia. As demonstrações financeiras foram consolidadas às demonstrações da Controladora.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e individuais foram aprovadas pelos Administradores da Companhia em 30 de novembro de 2015.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças durante o período, estão apresentadas nas notas explicativas nº 8 e 7, respectivamente.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente e estão incluídos nas seguintes notas explicativas.

- **Nota explicativa nº 13** - Provisão para créditos de liquidação duvidosa (contas a receber de clientes);
- **Nota explicativa nº 17** - Ativos e passivos fiscais diferidos; e
- **Nota explicativa nº 28** - Instrumentos financeiros.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 19** - Vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 20** - Ativo biológico; e
- **Nota explicativa nº 27** - Provisão para contingências.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, e reportes diretamente ao diretor presidente.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 28** - Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

7 Mudanças nas políticas contábeis

A Companhia avaliou os seguintes novos pronunciamentos e revisões de pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2014:

- **ICPC 19/ IFRIC 21** - Tributos;
- **CPC 38 / IAS 36 (Alterada)** - Divulgações sobre o valor recuperável de ativos não financeiros; e
- **OCPC 7** - Notas explicativas.

A aplicação dessas alterações não gerou impacto sobre essas informações contábeis intermediárias.

Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado;
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas de vendas; e
- Ativo imobilizado avaliado pelo custo atribuído.

8 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente ao período e exercícios apresentados nessas informações contábeis intermediárias.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

As informações contábeis intermediárias da controladas são incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas informações contábeis intermediárias individuais da Controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das informações contábeis intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com empresas investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo nas entidades investidas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

c. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões, de compra e de venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedores, despesas antecipadas e outras contas a receber.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Instrumentos patrimoniais que não tenham preço de mercado cotado em mercado ativo e cujo valor justo não possa ser confiavelmente medido devem ser medidos pelo custo.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, adiantamento de clientes e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham que ser pagos a vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos com um componente dos equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

(iii) Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e preço. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas contra o resultado.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando aplicável.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado) e são reconhecidos dentro de outras receitas ou despesas operacionais líquidas no resultado.

(ii) Custos de manutenção

A Companhia realiza anualmente manutenções em suas unidades industriais, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciados durante a safra seguinte.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que eles estão instalados e prontos para uso ou em caso de ativos construídos internamente, a partir da data em que o ativo está concluído e está pronto para uso.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, para o período corrente e exercício comparativo, são as seguintes:

	30/09/2015	31/03/2015
Edificações e benfeitorias	2,34%	2,34%
Instalações	6,00%	6,00%
Máquinas e equipamentos	5,78%	5,78%
Móveis e utensílios	10,56%	10,56%
Equipamentos de informática	20,31%	20,31%
Veículos	14,29%	14,29%
Ferramentas e acessórios	5,51%	5,51%
Máquinas e implementos agrícolas	9,41%	9,41%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados, se apropriado.

e. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e, quando necessário, das perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para os períodos corrente e comparativo é de 5 anos.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de trimestre financeiro e ajustados caso seja adequado.

f. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidas no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data de corte.

g. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

O custo transferido dos ativos biológicos para estoque é o seu valor justo menos as despesas para de venda, apurados na data do corte.

i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado do período e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa “UGC” exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Ativos classificados como não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes, ou os grupos de ativos classificados como mantidos para venda, sobre os quais existe a expectativa de terem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda ao invés do uso contínuo, são classificados como ativos mantidos para venda. Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, os ativos, ou componentes de um grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são mensurados conforme as políticas contábeis da Companhia. A partir de então, os ativos, ou o grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são geralmente medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda. Nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos e ativos biológicos, os quais continuam sendo mensurados conforme as políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidas para venda e os ganhos e perdas subsequentemente apurado são reconhecidas no resultado.

Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizados não são amortizáveis ou depreciáveis. Investimentos avaliados por equivalência patrimonial não ficam sujeitos a aplicação do método de equivalência quando classificados como mantidos para venda.

k. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m. Receita operacional

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais de cada contrato de venda. Para as vendas de açúcar e etanol no mercado interno, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no estabelecimento do cliente ou quando é retirado pelo cliente nas dependências da Companhia. No caso das vendas no mercado externo a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor.

n. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções governamentais que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas.

o. Arrendamentos

(i) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

(ii) Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato, a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

p. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente rendimentos de aplicações financeiras, variação cambial, juros, multas contratuais e ganhos com instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem substancialmente despesas com juros sobre empréstimos, despesas bancárias, variação cambial e perdas com instrumentos financeiros derivativos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método dos juros efetivos.

q. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações contábeis intermediárias .

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscal tomada e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

r. Operações descontinuadas

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada com uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado é reapresentada como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

9 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2015 e não foram adotadas na preparação destas informações contábeis intermediárias. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na *IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Agricultura: Plantas Produtivas (alterações a IAS 16 e IAS 41)

Estas alterações exigem que plantas produtivas, definidas como uma planta viva, a ser contabilizada como imobilizado e incluída no âmbito da IAS 16 Imobilizado, em vez da IAS 41 Agricultura.

As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- **IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts** (Contas Regulatórias de Diferimento);
- *Accounting for Aquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração do IFRS 11);
- *Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38);
- *Defined Benefit Plans: Employee Contributions* (Plano de Benefício Definido: Contribuição de empregados) (alteração da IAS 19);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2010-2012; e
- Melhorias anuais das IFRSs de 2011-2013.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

10 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos descritos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Ativo biológico

A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer à exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes às soqueiras, que geram várias colheitas, e a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com o método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratos culturais, custos de parceria, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base no Custo Médio Ponderado de Capital - WACC.

(ii) Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação

(iii) Contratos de câmbio e swaps de fluxo de caixa

O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, caso disponível. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos).

O valor justo de contratos de *swaps* de fluxos de caixa é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e contraparte quando apropriado.

(iv) Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações contábeis intermediárias. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamentos semelhantes.

11 Caixa e equivalente de caixa

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/03/2015	30/09/2015	31/03/2015
Caixa e bancos	108.206	25.556	108.848	26.005
Aplicações financeiras				
Modalidade pós- fixada				
CDB		97% a 100% do CDI -		
		Certificado de depósito interbancário (*)		
Aplicação financeira automática	3	9.866	3	9.867
Depósito Margem	1.857	2.939	1.857	2.939
	-	381	-	381
	110.066	38.742	110.708	39.191

(*) Taxa média ponderada

O saldo de caixa e bancos compreende os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia.

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data da demonstração da posição financeira em que o valor não exceda o valor de mercado. Esses investimentos podem ser imediatamente resgatados sem penalidades ou perdas.

A exposição da Companhia a risco de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros.

12 Outros investimentos

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/03/2015	30/09/2015	31/03/2015
Circulante				
Aplicações financeiras				
Modalidade pós-fixada				
	100% do CDI - Certificado de depósito interbancário (*)			
CDB	-	14	-	14
	-		-	
	<u>-</u>	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>14</u>
Não circulante				
Investimentos patrimoniais				
Centro de Tecnologia Canavieira (a)	3.586	3.586	3.586	3.586
Outros (a)	108	108	108	108
	<u>3.694</u>	<u>3.694</u>	<u>3.694</u>	<u>3.694</u>

(*) Taxa média ponderada

A exposição da Companhia a risco de crédito, taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros.

(a) Investimentos reconhecidos pelo custo.

A exposição da Companhia a risco de crédito, taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros.

13 Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/03/2015	30/09/2015	31/03/2015
Contas a receber - mercado externo	48.829	962	48.829	962
Contas a receber - mercado Interno	15.534	20.555	15.534	20.555
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.375)	(281)	(1.375)	(281)
	<u>62.988</u>	<u>21.236</u>	<u>62.988</u>	<u>21.236</u>

As contas a receber de mercado externo são originadas em dólar americano, as quais são convertidas para reais na data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

A Companhia em 30 de setembro de 2015 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

A exposição da Companhia a risco de crédito, moeda e perdas por redução ao valor recuperável, relacionadas às contas a receber de clientes são divulgadas na nota explicativa 28 - Instrumentos financeiros.

14 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/03/2015	30/09/2015	31/03/2015
Almoxarifado e outros	26.668	31.282	26.668	31.282
Produtos acabados				
Açúcar	25.774	1.134	25.774	1.134
Etanol	24.129	22.088	24.129	22.088
Levedura	46	12	46	12
Óleo	27	20	27	20
Xarope	126		126	
	76.770	54.536	76.770	54.536

Em 30 de setembro de 2015, materiais de almoxarifado e outros, mercadorias e alterações em produtos acabados, reconhecidos no custo de venda, totalizavam R\$ 459.354 Consolidado e Controladora (R\$ 491.022 da Controladora em 30 de setembro de 2014).

15 Adiantamento a fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/03/2015	30/09/2015	31/03/2015
Adiantamento fornecedores diversos	2.225	640	2.225	640
Adiantamento fornecedores de cana	104.211	129.517	104.211	129.517
Adiantamento fornecedores - partes relacionadas (nota explicativa nº 29)	2.065	3.302	2.065	3.302
	108.501	133.459	108.501	133.459
Total classificado no ativo circulante	31.050	32.920	31.050	32.920
Total classificado no ativo não circulante	77.451	100.539	77.451	100.539

Os adiantamentos a fornecedores de cana são representados, substancialmente, por valores adiantados a parceiros agrícolas conforme previsões contratuais, cuja entrega do produto ocorrerá nas próximas safras.

16 Tributos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/03/2015	30/09/2015	31/03/2015
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	19.307	15.388	19.307	15.388
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	19.724	19.557	19.724	19.557
Programa de integração social - PIS	2.649	3.664	2.649	3.664
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	6.131	6.083	6.131	6.083
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	963	895	963	895
Outros tributos a recuperar	955	955	955	955
	49.729	46.542	49.729	46.542
Total classificado no ativo circulante	9.951	13.034	9.951	13.034
Total classificado no ativo não circulante	39.778	33.508	39.778	33.508

17 Imposto de renda e contribuição social

A composição da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado e Controladora	Consolidado e Controladora
	30/09/2015	30/09/2014
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(736.827)	(238.551)
Aliquota combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social utilizando a alíquota combinada	250.521	81.107
Adições e exclusões permanentes		
Adições (exclusões) permanentes	(34.745)	(13.335)
Baixa de prejuízos fiscais no período	(172.441)	(13.335)
Prejuízos fiscais do período sem reconhecimento do ativo fiscal diferido	(58.024)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido no resultado do período	(14.689)	67.772
Alíquota efetiva	2%	28%

As movimentações ocorridas no período findo em 30 de setembro de 2015 estão demonstradas como segue:

	31/03/2015	Reconhecidos no resultado	30/09/2015
Provisão para contingência	2.709	5.282	7.991
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	562	293	855
Provisões temporárias	8.045	(6.497)	1.548
IR e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	172.441	(172.441)	-
IR e CSLL diferidos sobre de ágio	(10.361)	(5.132)	(15.493)
Diferidos sobre mais valia do imobilizado	(40.600)	6.896	(33.704)
Diferidos sobre mais valia do ativo biológico	(117.385)	(12.464)	(129.849)
Depreciação acelerada incentivada	(4.942)	-	(4.942)
Valor justo dos investimentos	(1.098)	-	(1.098)
Variação cambial - apuração método de caixa	242.891	168.978	411.869
Reserva de reavaliação	(2.608)	396	(2.212)
Total	249.654	(14.689)	234.965

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

18 Investimentos

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/03/2015	30/09/2015	31/03/2015
Investimentos em controlada (a)				
Auto Posto Santa Cândida de Bocaina Ltda. (i)	2.107	2.430	2.107	2.430
	2.107	2.430	2.107	2.430

a. Investimentos em controladas

Representam investimentos em empresa controlada avaliados por equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e adiantamento para futuro aumento de capital, cuja composição encontra-se relacionada no quadro abaixo:

	2015		
	Tonon Luxembourg	Auto posto (i)	Total
Capital social	97	99	-
Quantidade de quotas/ações possuídas	97	99.999	-
Percentual de participação	100%	99%	-
Total participação s/ patrimônio líquido em 31 de março de 2015	(496)	2.430	1.934
Resultado do período	(146)	(98)	(244)
Provisão para perda de investimento	642	(225)	417
Total participação s/ patrimônio líquido em 30 de setembro de 2015	-	2.107	2.107
Valor total do investimento	-	2.107	2.107

- (i) Em 18 de outubro de 2012, a Companhia adquiriu da Tonon Holding 100% do capital social da Auto Posto Santa Cândida de Bocaina Ltda., um posto de gasolina localizado próximo a unidade Santa Cândida. O custo de aquisição foi de R\$ 4.600. Em 09 de janeiro de 2014 houve a admissão da Tonon Holding S.A. como sócia do Auto Posto com distribuição de 01 (uma cota). Dessa forma, a Companhia passa a ter 99 mil cotas, representando 99% do total das ações. Os investimentos não foram consolidados.

Movimentação do período

	2015		
	Tonon Luxembourg	Auto posto	Total
Saldo do investimento em 31 de março de 2015	-	2.430	2.430
Resultado da equivalência patrimonial	(146)	(98)	(244)
Perda de investimento	-	(225)	(225)
Provisão para perda de investimento	146	-	146
Saldo do investimento em 30 de setembro de 2015	-	2.107	2.107

19 Imobilizado

Consolidado													
Custo	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Ferramentas e acessórios	Máquinas e implementos agrícolas	Manutenção de entressafra	Imobilizado em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Saldo em 31 de março de 2014	7.077	121.399	88.258	358.408	3.326	4.154	42.725	226	83.069	100.998	21.292	-	830.932
Adições	-	698	-	7	27	27	111	-	-	40.597	14.925	16.063	72.455
Baixas	-	-	-	-	-	-	(97)	-	(754)	(77.550)	(3.256)	-	(81.657)
Capitalização Juros s/ imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	237	-	237
Transferências	-	310	3.806	3.473	19	558	130	-	606	-	(8.902)	-	-
Transf. de Ativos mantidos p/ venda	-	1.783	937	1.088	-	-	-	-	-	-	-	-	3.808
Saldo em 30 de setembro de 2014	7.077	124.190	93.001	362.976	3.372	4.739	42.869	226	82.921	64.045	24.296	16.063	825.775
Saldo em 31 de março de 2015	7.077	124.233	94.220	364.536	3.360	4.811	41.506	242	72.379	85.222	56.553	26.384	880.522
Adições	-	-	-	56	3	13	1.126	-	-	4.588	35.420	3.061	44.268
Baixas	-	-	(33)	(128)	-	-	(3.380)	-	(17.062)	(57.030)	-	(23.189)	(100.821)
Capitalização Juros s/ imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	873	-	873
Transferências	-	-	-	38	2	-	-	2	3.975	-	(4.017)	-	-
Transf entre contas do ativo imobilizado	(540)	(8.265)	8.585	(3.926)	718	-	(18)	941	2.042	(1)	464	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2015	6.537	115.968	102.772	360.576	4.083	4.824	39.234	1.185	61.333	32.779	88.293	6.258	824.842
Depreciação Acumulada	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Ferramentas e acessórios	Máquinas e implementos agrícolas	Manutenção de entressafra	Imobilizado em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Saldo em 31 de março de 2014	-	(21.960)	(30.440)	(118.962)	(1.953)	(2.603)	(31.227)	(164)	(28.987)	-	-	-	(236.296)
Adições	-	(1.557)	(2.784)	(8.300)	(157)	(351)	(1.834)	(37)	(5.480)	-	-	-	(20.500)
Baixas	-	-	-	-	-	-	73	-	413	-	-	-	486
Incorporação	-	(366)	(192)	(223)	-	-	-	-	-	-	-	-	(781)
Saldo em 30 de setembro de 2014	-	(23.883)	(33.416)	(127.485)	(2.110)	(2.954)	(32.988)	(201)	(34.054)	-	-	-	(257.091)
Saldo em 31 de março de 2015	-	(25.510)	(36.310)	(135.458)	(2.230)	(3.312)	(33.102)	(240)	(29.859)	-	-	-	(266.021)
Adições	-	(1.621)	(2.895)	(8.855)	(138)	(353)	(1.196)	(34)	(5.513)	-	-	-	(20.605)
Baixas	-	-	1	80	-	-	2.969	1	15.137	-	-	-	18.188
Transf.entre contas do ativo imobilizado	-	2.518	(2.593)	803	(582)	-	298	(449)	5	-	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2015	-	(24.613)	(41.797)	(143.430)	(2.950)	(3.665)	(31.031)	(722)	(20.230)	-	-	-	(268.438)
Valor contábil líquido													
Em 31/03/2014	7.077	99.439	57.818	239.446	1.373	1.551	11.498	62	54.082	100.998	21.292	-	594.636
Em 30/09/2014	7.077	100.307	59.585	235.491	1.262	1.785	9.881	25	48.867	64.045	24.296	16.063	568.683
Em 31/03/2015	7.077	98.723	57.910	229.078	1.130	1.499	8.404	2	42.519	85.222	56.553	26.384	614.501
Em 30/09/2015	6.537	91.355	60.975	217.146	1.133	1.159	8.203	463	41.103	32.779	88.293	6.258	556.404

Controladora

Custo	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Ferramentas e acessórios	Máquinas e implementos agrícolas	Manutenção de entressafra	Imobilizado em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Saldo em 31 de março de 2014	7.077	121.399	88.258	358.408	3.326	4.154	42.725	226	83.069	100.998	21.292	-	830.932
Adições	-	698	-	7	27	27	111	-	-	40.597	14.925	16.063	72.455
Baixas	-	-	-	-	-	-	(97)	-	(754)	(77.550)	(3.256)	-	(81.657)
Capitalização Juros s/ imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	237	-	237
Transferências	-	310	3.806	3.473	19	558	130	-	606	-	(8.902)	-	-
Transf. de Ativos mantidos p/ venda	-	1.783	937	1.088	-	-	-	-	-	-	-	-	3.808
Saldo em 30 de setembro de 2014	7.077	124.190	93.001	362.976	3.372	4.739	42.869	226	82.921	64.045	24.296	16.063	825.775
Saldo em 31 de março de 2015	7.077	124.233	94.220	364.536	3.360	4.811	41.506	242	72.379	85.222	56.553	26.384	880.522
Adições	-	-	-	56	3	13	1.126	-	-	4.588	35.420	3.061	44.268
Baixas	-	-	(33)	(128)	-	-	(3.380)	-	(17.062)	(57.030)	-	(23.189)	(100.821)
Capitalização Juros s/ imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	873	-	873
Transferências	-	-	-	38	2	-	-	2	3.975	-	(4.017)	-	-
Transf entre contas do ativo imobilizado	(540)	(8.265)	8.585	(3.926)	718	-	(18)	941	2.042	(1)	464	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2015	6.537	115.968	102.772	360.576	4.083	4.824	39.234	1.185	61.333	32.779	88.293	6.258	824.842
Depreciação Acumulada	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Ferramentas e acessórios	Máquinas e implementos agrícolas	Manutenção de entressafra	Imobilizado em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Saldo em 31 de março de 2014	-	(21.960)	(30.440)	(118.962)	(1.953)	(2.603)	(31.227)	(164)	(28.987)	-	-	-	(236.296)
Adições	-	(1.557)	(2.784)	(8.300)	(157)	(351)	(1.834)	(37)	(5.480)	-	-	-	(20.500)
Baixas	-	-	-	-	-	-	73	-	413	-	-	-	486
Incorporação	-	(366)	(192)	(223)	-	-	-	-	-	-	-	-	(781)
Saldo em 30 de setembro de 2014	-	(23.883)	(33.416)	(127.485)	(2.110)	(2.954)	(32.988)	(201)	(34.054)	-	-	-	(257.091)
Saldo em 31 de março de 2015	-	(25.510)	(36.310)	(135.458)	(2.230)	(3.312)	(33.102)	(240)	(29.859)	-	-	-	(266.021)
Adições	-	(1.621)	(2.895)	(8.855)	(138)	(353)	(1.196)	(34)	(5.513)	-	-	-	(20.605)
Baixas	-	-	1	80	-	-	2.969	1	15.137	-	-	-	18.188
Transf.entre contas do ativo imobilizado	-	2.518	(2.593)	803	(582)	-	298	(449)	5	-	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2015	-	(24.613)	(41.797)	(143.430)	(2.950)	(3.665)	(31.031)	(722)	(20.230)	-	-	-	(268.438)
Valor contábil líquido													
Em 31/03/2014	7.077	99.439	57.818	239.446	1.373	1.551	11.498	62	54.082	100.998	21.292	-	594.636
Em 30/09/2014	7.077	100.307	59.585	235.491	1.262	1.785	9.881	25	48.867	64.045	24.296	16.063	568.683
Em 31/03/2015	7.077	98.723	57.910	229.078	1.130	1.499	8.404	2	42.519	85.222	56.553	26.384	614.501
Em 30/09/2015	6.537	91.355	60.975	217.146	1.133	1.159	8.203	463	41.103	32.779	88.293	6.258	556.404

Os gastos com manutenção no período de entressafra são alocados ao imobilizado e depreciados integralmente na safra seguinte.

Os ativos imobilizados dados em garantia dos empréstimos e financiamentos estão apresentados na nota explicativa 23 - Empréstimos e financiamentos.

A Companhia avalia a cada período se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente.

20 Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de cana-de-açúcar, através de contratos com arrendatários e parceiros de cana, para utilização como matéria em seus processos industriais de açúcar e etanol. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras de terceiros, e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (“soqueira”) continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente, dando em média um total de cinco ou seis safras, variando com base na cultura e material genético a que se refere.

A seguir, estão demonstradas as movimentações dos ativos biológicos da Companhia:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/03/2015	30/09/2015	31/03/2015
Ativo biológico no início do exercício	823.880	740.067	823.880	740.067
Aumento decorrente de compras	-	860	-	860
Aumento decorrente dos plantios e tratos	62.095	202.161	62.095	202.161
Amortização da lavoura e tratos	(128.419)	(229.246)	(128.419)	(229.246)
Variação do valor justo	51.012	110.038	51.012	110.038
Ativo biológico no final do período	808.568	823.880	808.568	823.880

O ativo biológico possui sua realização nos seguintes anos safras:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/03/2015	30/09/2015	30/03/2015
2015/2016	152.108	240.673	152.108	240.673
2016/2017	211.040	193.345	211.040	193.345
2017/2018	179.460	154.225	179.460	154.225
2018/2019	129.410	112.098	129.410	112.098
2019/2020	83.339	74.487	83.339	74.487
2020/2021	53.211	49.052	53.211	49.052
	808.568	823.880	808.568	823.880

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram.

As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	<u>Controladora</u>	
	30/09/2015	31/03/2015
Área estimada de colheita (ha)	78.319	96.673
Produtividade prevista (t/ha)	79,2	78,56
Quantidade de ATR por tonelada de cana-de-açúcar (kg ATR/t)	137,69	137,69
Preço médio projetado de ATR (R\$/kg ATR)	0,60	0,56

O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável) e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e
- Saídas de caixa representadas pelas estimativas de (i) os custos necessários para a transformação biológica de cana (manipulação de colheita) até a colheita, (ii) os custos associados com a colheita / corte, carregamento e transporte (CCT), e (iii) os custos de *leasing* e de parceria agrícola.

Com base nas estimativas de receitas e despesas, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados que serão gerados e valor presente que quantidade, considerando uma taxa de desconto real de 9,68% ao ano, compatível com a remuneração do investimento nas circunstâncias. As alterações no valor justo são apresentadas como “As alterações no valor justo dos ativos biológicos”.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente.

O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período, menos os custos incorridos de plantio no desenvolvimento e depreciação dos ativos biológicos no período.

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos brasileiros do país em que opera. A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

Risco de oferta e demanda

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de extração com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de preço da Companhia esteja de acordo com o mercado e para garantir que os volumes projetados de extração estejam consistentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outros

As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, pragas, incêndios e outras forças da natureza. A Companhia possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares nos canaviais e análises e controle de doenças e pragas.

21 Intangível

Descrição	Controladora e Consolidado			
	Custo	Amortização acumulada	Líquido 30/09/2015	Líquido 31/03/2015
Software e outros	12.590	(2.851)	9.739	9.913
Valor justo contratos com terceiros (a)	12.294	-	12.294	13.129
Ágio na combinação de negócios - CPC 15 (b)	127.682	-	127.682	127.682
Total	152.566	(2.851)	149.715	150.724

- (a) A Paraíso possui um contrato com terceiros onde foi feito o investimento por este em uma planta anexa a Paraíso para a produção de outros produtos a partir do melaço de cana vendido pela Paraíso. Essa planta entrou em operação no final da safra 2012/13. Esse contrato prevê a aquisição de melaço equivalente a moagem de 500 mil toneladas de cana por safra o que representa a produção equivalente a 45 mil m³ de etanol hidratado.
- (b) Refere-se ao *goodwill* da aquisição e incorporação da Unidade Paraíso.

22 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/03/2015	30/09/2015	31/03/2015
Fornecedores diversos	72.582	102.291	72.582	102.291
Fornecedores de cana	45.578	13.799	45.578	13.799
Fornecedores - partes relacionadas (nota explicativa nº 29)	2.926	1.279	2.926	1.279
	121.086	117.369	121.086	117.369
Total classificado no passivo circulante	120.212	115.300	120.212	115.300
Total classificado no passivo não circulante	874	2.069	874	2.069

O período de safra da cana-de-açúcar, o qual ocorre entre abril e dezembro de cada ano, em média, tem impacto direto sobre o saldo com fornecedores de cana-de-açúcar e respectivos serviços de corte, carregamento e transporte.

Os valores a pagar aos fornecedores de cana-de-açúcar e a parceiros agrícolas levam em consideração a cana-de-açúcar entregue e ainda não paga, bem como o complemento de preço calculado com base no preço final de safra através do índice de Açúcar Total Recuperado (ATR) divulgado pelo Consecana - Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo.

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros.

23 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/03/2015	30/09/2015	31/03/2015
Passivo circulante				
Capital de giro	28.228	101.528	28.228	101.528
<i>Bonds</i>	52.952	17.699	52.952	17.689
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	106.780	94.603	106.780	94.603
Pré-pagamento à Exportação (PPE)	77.660	88.803	77.660	88.803
FINAME	1.425	-	1.425	-
Custeio Agrícola (Pesa)	989	475	989	476
Conta Garantida	20	-	20	-
	268.054	303.108	268.054	303.099
Passivo não circulante				
Capital de giro	36.065	21.850	36.065	21.850
<i>Bonds</i>	2.063.313	1.635.178	2.063.313	1.635.141
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	55.620	48.120	55.620	48.120
Pré-pagamento à exportação (PPE)	372.804	106.757	372.804	106.757
FINAME	3.450	-	3.450	-
	2.531.252	1.811.905	2.531.252	1.811.868
Total	2.799.306	2.115.013	2.799.306	2.114.967

Termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Consolidado						
Modalidade	Indexador	Moeda	Taxa média juros ao ano	Ano de vencimento	30/09/2015	31/03/2015
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	Taxa pré-fixada + variação cambial	USD	9,32%	2015 e 2017	162.400	142.723
<i>Bonds</i>	Taxa pré-fixada + variação cambial	USD	8,66%	2019 e 2020	2.116.265	1.652.877
Capital de giro	Taxa pré-fixada + CDI	R\$	25,97%	2015 e 2017	20.510	23.837
Capital de giro	Taxa pré-fixada + variação cambial	USD	8,70%	2016 a 2017	43.783	99.541
Finame	Taxa pré-fixada + SELIC	R\$	7,27%	2018 e 2020	4.875	-
Pré-pagamento à exportação (PPE)	Taxa pré-fixada + CDI/Libor + variação cambial	USD	10,54%	2016 a 2017	450.464	195.560
Custeio Agrícola (Pesa)	IGPM	R\$	4,56%	2019	989	475
Conta Garantida	-	R\$	0,00%	2015	20	-
					2.799.306	2.115.013
Controladora						
Modalidade	Indexador	Moeda	Taxa média juros ao ano	Ano de vencimento	30/09/2015	31/03/2015
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	Taxa pré-fixada + variação cambial	USD	9,32%	2015 e 2017	162.400	142.723
<i>Bonds</i>	Taxa pré-fixada + variação cambial	USD	8,66%	2019 e 2020	2.116.265	1.652.830
Capital de giro	Taxa pré-fixada + CDI	R\$	25,97%	2015 e 2017	20.510	23.837
Capital de giro	Taxa pré-fixada + variação cambial	USD	8,70%	2016 a 2017	43.783	99.541
Finame	Taxa pré-fixada + SELIC	R\$	7,27%	2018 e 2020	4.875	-
Pré-pagamento à exportação (PPE)	Taxa pré-fixada + CDI/Libor + variação cambial	USD	10,54%	2016 a 2017	450.464	195.560
Custeio Agrícola (Pesa)	IGPM	R\$	4,56%	2019	989	476
Conta Garantida	-	R\$	0,00%	2015	20	-
					2.799.306	2.114.967

Os saldos dos empréstimos e financiamentos representados no passivo circulante estão segregados em principal e juros conforme demonstrado abaixo:

Consolidado			
30/09/2015			
	Principal	Juros provisionados	Total
Capital de giro	27.941	287	28.228
<i>Bonds</i>	-	52.952	52.952
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	103.402	3.378	106.780
Pré-pagamento à Exportação (PPE)	75.659	2.001	77.660
Finame	1.411	14	1.425
Custeio Agrícola (Pesa)	-	989	989
Conta Garantida	20	-	20
	208.433	59.621	268.054
31/03/2015			
	Principal	Juros Provisionados	Total
Capital de giro	100.811	717	101.528
<i>Bonds</i>	-	17.699	17.699
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	88.711	5.892	94.603
Pré-pagamento à Exportação (PPE)	85.118	3.685	88.803
Custeio Agrícola (Pesa)	-	475	475
	274.640	28.468	303.108
Controladora			
30/09/2015			
	Principal	Juros Provisionados	Total
Capital de giro	27.941	287	28.228
<i>Bonds</i>	-	52.952	52.952
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	103.402	3.378	106.780
Pré-pagamento à Exportação (PPE)	75.659	2.001	77.660
Finame	1.411	14	1.425
Custeio Agrícola (Pesa)	-	989	989
Conta Garantida	20	-	20
	208.433	59.621	268.054

	31/03/2015		
	Principal	Juros Provisionados	Total
Capital de giro	100.811	717	101.528
<i>Bonds</i>	-	17.689	17.689
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	88.711	5.892	94.603
Pré-pagamento à Exportação (PPE)	85.118	3.685	88.803
Custeio Agrícola (Pesa)	-	476	476
	274.640	28.459	303.099

As parcelas do financiamento classificadas como passivo não circulante vencem entre 2016 e 2020, e têm o seguinte cronograma de pagamento.

Ano safra de vencimento:	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/03/2015	30/09/2015	31/03/2015
2016/2017	69.830	90.092	69.830	90.092
2017/2018	150.429	86.635	150.429	86.635
2018/2019	645	-	645	-
2019/2020	2.310.348	1.635.178	2.310.348	1.635.141
	2.531.252	1.811.905	2.531.252	1.811.868

Garantias

Com garantias:

Modalidade	Garantia	30/09/2015	31/03/2015
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	Penhor Agrícola / Cessão direitos créditos / Nota promissória / Aval	18.065	-
<i>Bonds</i>	Ativo imobilizado / Sessão direito créditos/ Penhor agrícola	200.854	231.031
Capital de giro	Ativo imobilizado / Aplicação / Penhor de cana / Etanol	29.771	45.018
FINAME	Ativo imobilizado/Aval	4.875	-
Pré-pagamento à exportação (PPE)	Ativo imobilizado	19.586	19.586
		273.151	295.635

Em 16 de julho de 2015, a Companhia concluiu a troca de 96.4% ou US\$ 289.160.000 dos US\$ 300 milhões de Notas emitidas em janeiro de 2013. A Nova Nota (*New Step-Up Senior Notes due 2020 "New Notes"*) possui o mesmo vencimento em janeiro de 2020 e conta com uma redução do cupom para 7,25% a.a. nos dois primeiros anos, adicionalmente à redução do cupom a Nova Nota inclui um mecanismo de diferimento do cupom ("*Pik Election*") no qual fica a critério da Companhia nos dois primeiros anos a capitalização dos juros. Do terceiro ano em diante, o cupom sobe para 9,25% a.a. e o diferimento do cupom passa a ficar condicionado a verificação se o caixa e equivalente de caixa da Companhia estiver abaixo dos R\$100 milhões no trimestre imediatamente anterior ao pagamento do cupom.

Simultaneamente à troca da Nota, a Companhia realizou a contratação de uma nova dívida de até US\$ 70 milhões dos quais US\$ 67 milhões foram desembolsados no dia 16 de julho de 2015, simultaneamente à conclusão da troca das notas descrita acima. Essa dívida será utilizada para pagar parte do curto prazo da Companhia bem como para capital de giro (“*general corporate purposes*”).

Em 31 de março 2015 a Companhia não cumpriu com certas obrigações contratuais (*covenants*) relacionados a indicadores financeiros, e reclassificou o montante de R\$ 35.296 dos saldos do passivo não circulante para o passivo circulante. No entanto, a Companhia obteve o *waiver* após o fechamento do exercício até a próxima medição que ocorrerá em 31 de março de 2016.

24 Tributos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/03/2015	30/09/2015	31/03/2015
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	4.211	577	4.211	577
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	521	492	521	492
Imposto sob Circulação de Mercadoria e Serviço - ICMS	3.356	601	3.356	601
Imposto sob serviços - ISS	695	641	695	641
Outros tributos a recolher	391	38	391	38
	9.174	2.349	9.174	2.349

25 Parcelamentos tributários

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/03/2015	30/09/2015	31/03/2015
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço - ICMS (ii)	19.255	10.769	19.255	10.769
Instituto nacional do seguro social - INSS (i)	12.761	12.561	12.761	12.561
Programa de integração social - PIS e Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (i)	866	989	866	989
Fundo de Garantia por tempo de serviço - FGTS	2.866	2.250	2.866	2.250
Imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ (i)	71	81	71	81
Contribuição sobre o lucro líquido - CSLL (i)	38	39	38	39
Outros	103	162	103	162
	35.960	26.851	35.960	26.851
Total classificado no passivo circulante	15.930	8.128	15.930	8.128
Total classificado no passivo não circulante	20.030	18.723	20.030	18.723

- (i) A Companhia aderiu ao programa de Recuperação Fiscal (REFIS) de débitos federais, aprovado pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e, em Julho/2011 consolidou substancialmente as suas dívidas referentes a INSS, PIS, COFINS e IRPJ/CSLL.
- (ii) Refere-se basicamente aos débitos de ICMS que foram incluídos no Programa de Parcelamento incentivado do Estado de São Paulo (PPI). Os valores totais dos parcelamentos estão sendo pagos em 120 parcelas mensais.

Cronograma de pagamentos dos parcelamentos tributários classificados no passivo circulante e não circulante:

Ano de vencimento	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/03/2015	30/09/2015	31/03/2015
2015	15.930	8.128	15.930	8.128
2016	4.330	5.502	4.330	5.502
2017	5.797	4.210	5.797	4.210
2018 a 2030	9.903	9.011	9.903	9.011
	35.960	26.851	35.960	26.851

26 Adiantamento de clientes

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/03/2015	30/09/2015	31/03/2015
Adiantamento de clientes - Mercado interno (i)	7.951	6.571	7.951	6.571
Adiantamento de clientes - Mercado externo (ii)	208.838	147.454	208.838	147.454
Adiantamento de clientes - Diversos	51.056	68.856	51.056	68.856
	267.845	222.281	267.845	222.281
Total classificado no passivo circulante	136.013	63.648	136.013	63.648
Total classificado no passivo não circulante	131.832	159.233	131.832	159.233

- (i) O montante refere-se aos adiantamentos efetuados por clientes compradores de etanol.
(ii) Referem-se aos adiantamentos efetuados por clientes compradores de açúcar.

27 Provisão para contingências

A Companhia possui processos de naturezas civil, trabalhista e tributária, todos em razão do curso normal das operações. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência.

Em 30 de setembro de 2015, a provisão para contingência no montante de R\$ 23.102 refere-se aos processos prováveis de perdas e, com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, é considerada pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, como segue:

	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31 de março de 2015	897	5.658	1.015	7.570
Provisões / estornos durante o período	676	16.512	(221)	16.967
Baixas feitas durante o período	(247)	(1.188)	-	(1.435)
Saldo em 30 de setembro de 2015	1.326	20.982	794	23.102

Processos tributários

Referem-se a: tributos cuja cobrança está sendo questionada judicialmente pela Companhia, onde foram efetuados depósitos judiciais dos valores discutidos; e honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para defesa dos processos tributários.

Processos cíveis e ambientais

Referem-se a: indenização por danos materiais e morais; ações civis públicas para abstenção de queima de palha de cana-de-açúcar e constituição de reserva legal; e execuções de natureza ambiental.

Processos trabalhistas

Referem-se a reclamações trabalhistas, têm como principais pedidos: horas extras; horas in itinere; supressão do intervalo intrajornada; adicionais de periculosidade e insalubridade; devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa; adicional noturno; e unicidade contratual com o conseqüente pagamento de 13º salário e férias acrescidas do terço constitucional.

Passivos contingentes

A Companhia possui outras contingências passivas envolvendo questões trabalhistas, fiscais e cíveis no montante estimado em R\$ 65.532 (R\$ 60.930 em 31 de março de 2015). Em razão do estágio em que se encontram essas ações e em função dos advogados considerarem possíveis as chances de êxito, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas informações contábeis intermediárias .

28 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Risco de estrutura de capital.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia dispõe de uma política de gestão de riscos que define as metodologias e instrumentos a serem aplicados para o permanente controle dos riscos aos quais ela está exposta.

Tal política visa a criar mecanismos que permitam a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, através da utilização de proteção para ativos e passivos. Os procedimentos e instrumentos utilizados para tal são avaliados pelos Comitês de Controladoria, Finanças e de Comercialização, e posteriormente propostos para aprovação do Conselho de Administração.

As operações de *Hedge* para mitigação dos principais riscos são administradas da seguinte forma:

- Para volatilidade dos preços do açúcar no mercado externo são definidos instrumentos que contemplem o montante de produção de açúcar VHP estimado para a safra;
- Para a taxa de câmbio são observados os montantes a serem recebidos em cada período, conforme fluxo de caixa previsto para a safra; e
- Para as taxas de juros dos passivos financeiros é realizado *Hedge* apenas das operações em que as taxas de juros apresentem volatilidade histórica expressiva.

Todas as posições assumidas são avaliadas constantemente com o objetivo de redimensionar sempre que necessário os volumes protegidos, visto que a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo exclusivo de proteção de seus ativos e passivos.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A Companhia tem como escopo principal de sua gestão de risco de crédito contratar operações apenas com instituições financeiras reconhecidas pelo mercado como sólidas, e que sejam previamente aprovadas pelo Conselho de Administração. Dentro deste escopo, está autorizada a abertura de novas posições na bolsa de Nova York - *ICE Futures US* por intermédio da corretora INTL FCStone.

Para o risco de crédito de clientes a Companhia utiliza-se de mecanismos de análises prévias ao cadastro para garantir a idoneidade do potencial cliente, além de operar contratos *spot* para garantir o recebimento antecipado à entrega física do produto vendido, buscando manter um baixo giro médio de recebimento de seus clientes.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/03/2015	30/09/2015	31/03/2015
Caixa e bancos	108.206	25.936	108.848	26.385
Aplicações financeiras	1.860	12.806	1.860	12.806
Outros investimentos	-	14	-	14
Contas a receber de clientes	62.988	21.236	62.988	21.236
Outras contas a receber	33	48	33	48
	173.087	60.040	173.729	60.489

A Administração com o objetivo de mitigar o risco de crédito pulveriza suas aplicações financeiras e outros investimentos em instituições financeiras consideradas, pelo mercado, de primeira linha.

Perda por redução valor recuperável

A provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre o contas a receber de clientes foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas.

A composição das contas a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	Consolidado e Controladora	Consolidado e Controladora
	30/09/2015	31/03/2015
Vencidas		
Em até 30 dias	3.902	115
De 31 a 60 dias	1.109	146
Após 61 dias	2.681	13
Acima de 121 dias	1.944	518
	9.636	792
A vencer		
Em até 30 dias	50.637	20.242
Acima de 31 dias	2.715	203
	53.352	20.444
Total	62.988	21.236

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber durante o período foi o seguinte:

Saldo em 31 de março de 2015	(281)
Movimentações	(1.094)
Saldo em 30 de setembro de 2015	(1.375)

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Consolidado					
30/09/2015					
	Fluxo de caixa	Até um ano	Entre dois e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	121.086	120.212	874	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.702	1.702	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.799.306	268.054	220.905	2.310.347	-
Outras contas a pagar	3.236	3.236	-	-	-
	2.925.330	393.204	221.779	2.310.347	-
31/03/2015					
	Fluxo de caixa	Até um ano	Entre dois e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	117.369	115.300	2.069	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.218	1.218	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.115.013	303.108	176.726	1.635.179	-
Outras contas a pagar	2.848	2.848	-	-	-
	2.236.448	422.474	178.795	1.635.179	-
Controladora					
30/09/2015					
	Fluxo de caixa	Até um ano	Entre dois e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	121.086	120.212	874	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.702	1.702	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.799.306	268.054	220.905	2.310.347	-
Outras contas a pagar	3.878	3.878	-	-	-
	2.925.972	393.846	221.779	2.310.347	-

31/03/2015

	Fluxo de caixa	Até um ano	Entre dois e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	117.369	115.300	2.069	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.218	1.218	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.114.967	303.099	176.726	1.635.152	-
Outras contas a pagar	3.343	3.343	-	-	-
	2.236.897	422.960	178.795	1.635.152	-

Os influxos brutos de entradas / (saídas), divulgados na tabela acima representam os fluxos de caixa relacionados com passivos financeiros derivativos e não derivativos detidos para efeitos de gestão de risco e que normalmente não são encerradas antes do vencimento contratual.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

O risco cambial ao qual a Companhia está exposta é a valorização do real frente ao dólar, pois parte significativa de suas receitas é proveniente de exportações recebidas em dólar e que em caso de uma valorização do real frente ao dólar causa uma diminuição em suas receitas.

Os mecanismos de *Hedge* visam a garantir um recebimento médio compatível com os resultados projetados pela Companhia para o ano-safra. Para a proteção dos recebimentos provenientes da receita de exportação a Companhia utiliza-se de “Termos de Moeda” (NDF) com as diversas instituições financeiras com as quais opera.

Os saldos de empréstimos e financiamentos expostos ao dólar americano referem-se, materialmente, a operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio, Nota de Crédito à Exportação, Pré-pagamento de Exportação e *Bond*. A Companhia entende, portanto, que existe um *hedge* natural, visto que as operações serão pagas com recursos provenientes da entrega de açúcar, também em dólares norte-americanos, o que mitiga o risco de impactos no fluxo de caixa da Companhia.

Exposição a moeda estrangeira

A exposição da Companhia está substancialmente atrelada a dólar americano (USD) nas datas-base apresentadas abaixo:

	Consolidado			
	30/09/2015		31/03/2015	
	R\$	USD	R\$	USD
Ativos				
Ativo circulante				
Caixa e equivalente de caixa	101.615	25,577	25.456	7,935
Contas a receber - mercado externo	48.829	12,291	962	300
Deposito Margem	-	-	380	118
Total dos ativos	150.444	37,868	26.798	8,354
	30/09/2015	31/03/2015		
Passivos	R\$	USD	R\$	USD
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	219.311	55,202	278.795	86,906
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap de fluxo de caixa	1.702	428	1.218	380
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	2.553.601	642,755	1.811.906	564,809
Total dos passivos	2.774.614	698,385	2.091.919	652,094
Exposição passiva líquida	2.624.170	660,517	2.065.121	643,741
	30/09/2015	31/03/2015		
Ativos	R\$	USD	R\$	USD
Ativo circulante				
Caixa e equivalente de caixa	102.257	25,739	25.905	8,075
Depósitos de margem	-	-	380	118
Contas a receber - mercado externo	48.829	12,291	962	300
Total dos ativos	151.086	38,030	27.247	8,493
	30/09/2015	31/03/2015		
Passivos	R\$	USD	R\$	USD
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	219.311	55,202	278.786	86,903
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap de fluxo de caixa	1.702	428	1.218	380
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	2.553.601	642,755	1.811.868	564,797
Total dos passivos	2.774.614	698,385	2.091.872	652,080
Exposição passiva líquida	2.623.528	660,355	2.064.625	643,586

Os ativos e passivos monetários foram atualizados e registrados no balanço patrimonial de 31 de março de 2015 e 30 de setembro de 2015 com a taxa de câmbio apurada pelo Banco Central do Brasil, sendo, respectivamente, de R\$ 3,2080 e R\$ 3,9729 por USD 1,00.

Os saldos de empréstimos e financiamentos referem-se a operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio, Nota de Crédito à Exportação, Pré-Pagamento de Exportação e *Bonds*, portanto, embora o efeito cambial tenha impacto nas demonstrações financeiras, existe um *hedge* natural, visto que as operações serão pagas com recursos provenientes da entrega de açúcar, também em dólares norte-americanos, o que mitiga o risco de impactos no fluxo de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade

O cenário provável foi adotado com base na posição da Companhia em 30 de setembro de 2015. Para os outros cenários, a administração utilizou 25% para um cenário possível e uma variação de 50% para um cenário remoto.

Operações	Consolidado				
	Remoto (50%)	Possível (25%)	Provável	Possível 25%	Remoto 50%
Empréstimos e financiamentos	1.399.653	2.099.480	2.799.306	3.499.133	4.198.959

Operações	Controladora				
	Remoto (50%)	Possível (25%)	Provável	Possível 25%	Remoto 50%
Empréstimos e financiamentos	1.399.653	2.099.480	2.799.306	3.499.133	4.198.959

(*) As variações foram calculadas sobre a taxa referencial de cada transação, sendo esta, a taxa que seria negociada com as contra partes em 30 de setembro de 2015.

Risco de taxas de juros

A Companhia tem os custos do endividamento vinculados substancialmente em taxas variáveis e, desta forma, está exposta à volatilidade das seguintes taxas de juros: Libor, TJLP e CDI. Ocasionalmente, quando são verificadas volatilidades expressivas em alguma taxa de juros à qual está exposta, a Companhia protege-se de taxas de juros por meio da contratação de “*Swaps* de Fluxo de Caixa” vinculados a algumas operações de longo prazo, como Pré-pagamento de Exportações e Notas de Crédito à Exportação, as quais são contratadas com diversas instituições financeiras com as quais a Companhia opera.

Composição dos instrumentos financeiros com taxas de juros variáveis

Na data das informações contábeis intermediárias, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros com taxas variáveis era concentrado nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Instrumentos de taxa variável

A Companhia não realiza análise de sensibilidade para instrumentos financeiros vinculados a taxas variáveis de juros, pois considera que os possíveis impactos são irrelevantes para suas informações contábeis intermediárias.

Riscos de preços

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de *commodities* em razão dos produtos fabricados, como açúcar e etanol.

A Companhia atua no gerenciamento dos riscos de preços para volumes de açúcar que correspondem à expectativa de produção para a safra. O gerenciamento das posições é feito com o objetivo de possibilitar ajustes nas posições firmadas, em resposta às condições de mercado, operando nos mercados futuros da bolsa de Nova York (*ICE Future US - Intercontinental Exchange*) e em mercados de balcão.

Em 30 de setembro de 2015, nossas fixações de preços de açúcar para safra 15/16, junto a parceiros comerciais ou por meio de instrumentos financeiros derivativos, totalizavam 470.794 mil toneladas ao preço médio de US\$13,13 centavos/lb (centavos de dólar norte-americano por libra-peso) precificadas através do contrato futuro de açúcar bruto No. 11 da ICE Futures, Nova York US e 6.300 mil toneladas ao preço médio de US\$345,75 /t (dólar norte-americano por tonelada) precificadas através do contrato futuro de açúcar branco nº 407 da Euronext LIFFE.

Análise de sensibilidade

As premissas utilizadas para análise de sensibilidade consideram que há variação de 10% para mais e 10% para menos a partir dos índices utilizados para apuração do valor justo em 30 de setembro de 2015.

A Companhia não mostra marcação a mercado dos contratos de balcão - Açúcar.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Gerenciamento do capital

A avaliação de riscos para gerenciamento do capital tem como objetivo principal garantir a continuidade da operação da Companhia de forma satisfatória, com estrutura capaz de gerar valor aos acionistas com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. Cabe ao Conselho de Administração definir qual o indicador de desempenho a ser analisado e as ações para atingir o nível desejado.

O indicador utilizado pela Companhia é a relação da dívida líquida dividida pelo EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, incluindo amortização da lavoura, acumulado nos últimos 12 meses). Como dívida líquida, considera-se do primeiro ao terceiro trimestre, o total dos empréstimos e financiamentos excluindo o total de caixa e equivalentes de caixa, outros investimentos e o valor de estoque em produto acabado. Para o quarto trimestre (fechamento da safra) considera-se como dívida líquida, o total dos empréstimos e financiamentos excluindo o total de caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos, e o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses.

Como ações para consecução dos objetivos e metas de gerenciamento do capital, são admissíveis aquelas de revisão da política de dividendos, de investimentos e da gestão dos ativos da Companhia.

O índice considerado satisfatório pela Companhia deve ser igual ou inferior a três, ou seja, a dívida deve ser no máximo, três vezes o EBITDA.

O índice apurado no período findo em 30 de setembro de 2015 foi de 3,34 (4,75 em 31 de março de 2015), estando em acordo com o índice mínimo estabelecido pela Companhia.

A dívida líquida da Companhia ao final do período é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/03/2015	30/09/2015	31/03/2015
Total de empréstimos e financiamentos	2.799.306	2.115.013	2.799.306	2.114.966
Menos: Caixa equivalente de caixa	(110.066)	(38.742)	(110.708)	(39.191)
Menos: Outros investimentos	-	(14)	-	(14)
Menos: Estoque de produto acabado	(76.770)	(23.254)	(76.770)	(23.254)
Dívida líquida	2.612.470	2.053.003	2.611.828	2.052.507
Total patrimônio líquido	(1.121.748)	(370.235)	(1.121.748)	(370.235)

Classificações contábeis e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/03/2015	30/09/2015	31/03/2015
Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado				
Outros investimentos	-	14	-	14
Instrumentos financeiros derivativos passivos	(1.702)	(1.218)	(1.702)	(1.218)
Ativos mantidos pelo custo amortizado				
Caixa e equivalente de caixa	110.066	38.741	110.708	39.191
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	62.988	21.236	62.988	21.236
Outras contas a receber	33	48	33	48
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Fornecedores	(121.086)	(117.369)	(121.086)	(117.369)
Empréstimos e financiamentos	(2.799.306)	(2.115.013)	(2.799.306)	(2.114.966)
Outras contas a pagar	(3.326)	(2.848)	(3.878)	(3.343)

Durante o período findo em 30 de setembro de 2015, não foi realizada reclassificação de instrumentos financeiros entre as categorias acima.

Valor contábil versus valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado			
	30/09/2015		31/03/2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	110.066	110.066	38.742	38.742
Outros investimentos	-	-	14	14
Contas a receber de clientes	62.988	62.988	21.236	21.236
Outras contas a receber	33	33	48	48
Passivos				
Fornecedores	(121.086)	(121.086)	(117.369)	(117.369)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.702)	(1.702)	(1.218)	(1.218)
Empréstimos e financiamentos	(2.799.306)	(1.394.957)	(2.115.013)	(1.195.220)
Outras contas a pagar	(3.236)	(3.236)	(2.848)	(2.848)
Controladora				
	30/09/2015		31/03/2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	110.708	110.708	39.191	39.191
Outros investimentos	-	-	14	14
Contas a receber de clientes	62.988	62.988	21.236	21.236
Outras contas a receber	33	33	48	48
Passivos				
Fornecedores	(121.086)	(121.086)	(117.369)	(117.369)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.702)	(1.702)	(1.218)	(1.218)
Empréstimos e financiamentos	(2.799.306)	(1.394.957)	(2.114.966)	(1.195.173)
Outras contas a pagar	(3.878)	(3.878)	(3.343)	(3.343)

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- **Mensurações de valor justo de Nível 1-** São obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Mensurações de valor justo de Nível 2-** São obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços); e

- **Mensurações de valor justo de Nível 3-** São as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	Consolidado					
	30/09/2015			31/03/2015		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos						
Caixa e equivalente de caixa	108.206	1.860	-	25.936	12.806	-
Outros investimentos	-	-	-	14	-	-
Passivos						
Swap de fluxo de caixa	-	1.702	-	-	1.218	-
	Controladora					
	30/09/2015			31/03/2015		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos						
Caixa e equivalente de caixa	108.848	1.860	-	26.385	12.806	-
Outros investimentos	-	-	-	14	-	-
Passivos						
Swap de fluxo de caixa	-	1.702	-	-	1.218	-

Instrumentos derivativos

Em 30 de setembro de 2015, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos foram os seguintes:

	Controladora	
	30/09/2015	31/03/2015
Derivativos passivos		
Swap de fluxo de caixa	1.702	1.218
Total dos passivos	1.702	1.218
Total do passivo circulante	1.702	1.218

Os valores de depósitos de margem referem-se a recursos mantidos em conta corrente com a corretora INTL FCStone para cobertura de margens iniciais e ajustes diários decorrentes da oscilação de preços do açúcar, para garantir as operações que a Companhia mantém em aberto com a corretora.

O saldo de contratos a termo, NDF, refere-se ao resultado negativo das operações de *hedge* cambial contratadas, na modalidade de NDF.

O saldo do *swap* de fluxo de caixa refere-se ao resultado negativo apurado para operações de *hedge* de fluxo de caixa de operações de pré-pagamento de exportação.

Margens em garantia

A Companhia mantinha em 30 de setembro de 2015 valores depositados como margem de garantia, conforme determinação da bolsa de Nova York *ICE Future US*, conforme abaixo:

	Controladora	
	30/09/2015	31/03/2015
Corretora INTL FCStone		
Conta OTC	-	380
	-	380

Impacto dos instrumentos financeiros derivativos no resultado

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015	31/03/2015	30/09/2015	31/03/2015
Receitas e despesas com derivativos por categoria				
Receitas				
Contratos futuros - Açúcar	367	-	367	-
Contratos a termo de moedas - NDF	-	2.968	-	2.968
	367	2.968	367	2.968
Despesas				
Contratos futuros - Açúcar	(380)	(3.731)	(380)	(3.731)
Contratos a termo de moedas - NDF	-	(1.773)	-	(1.773)
Swap de fluxo de caixa	(1.886)	(2.521)	(1.886)	(2.521)
	(2.266)	(8.025)	(2.266)	(8.025)
Resultado líquido	(1.899)	(5.057)	(1.899)	(5.057)

29 Partes relacionadas

Remuneração-chave do pessoal da administração

	Controladora		
	30/09/2015 (6 meses)	31/03/2015 (12 meses)	30/09/2014 (6 meses)
Ordenados e salários	929	2.587	1.378
Honorários e bônus	870	1.991	1.155
Contribuições previdenciárias e sociais	179	484	250
Programa de participação nos resultados	1.380	9	5
Outros	8	19	10
	3.366	5.090	2.798

A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, composto pela diretoria e conselheiros, em 30 de setembro de 2015 foi de R\$ 3.366 (R\$ 5.090 em 31 de março de 2015) e inclui salários e benefícios variáveis de curto prazo. A Companhia não concede ao pessoal-chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

Outras transações com partes relacionadas

	Consolidado e Controladora	Consolidado e Controlado
	30/09/2015	31/03/2015
Composição dos saldos dos ativos		
Adiantamentos a fornecedores		
Abelmir BortoloTonon	-	41
Alfredo Tonon e Outros	2	15
Aparecida T. Tonon Ghiselli	-	16
Auto Posto Santa Cândida de Bocaina Ltda.	-	626
Celso Roberto Tonon	14	-
DioneteTonon	-	2
José Antônio Tonon	405	512
Mauro de Albuquerque Pinheiro	-	150
Renato José Tonon	199	303
Tereza de Francisco	-	34
Tonon Holding	500	500
Vera Tonon Durante	537	734
Wilson Helio Albuquerque Pinheiro Junior	408	369
Total do adiantamento a fornecedores - partes relacionadas (nota explicativa nº 15)	2.065	3.302

	Consolidado e Controladora	Consolidado e Controlado
	30/09/2015	31/03/2015
Composição dos saldos do passivo		
Fornecedores		
ABT Participações Ltda.	14	13
Alfredo Tonon e Outros	-	54
ALT Participações Ltda.	14	13
ANT Participações Ltda.	14	13
Auto Posto Santa Cândida	1.071	-
CAJRT Participações Ltda.	19	13
Celso Roberto Tonon	56	69
Flavio de Albuquerque Pinheiro	101	109
JAT Participações Ltda.	14	13
J. Tonon Transp. Ltda.	-	2
Mauro Albuquerque Pinheiro	256	-
RJT Participações Ltda.	14	13
Renata de Albuquerque Pinheiro	36	45
Silvia de Barros Brisola	19	23
Tereza Albuquerque Pinheiro	19	-
TononAgroimóveis Rurais Ltda.	746	366
Pinhal Administração de bens próprios	496	489
Wilson Helio Albuquerque Pinheiro Junior	37	44
Total de fornecedores - partes relacionadas (nota explicativa nº 22)	2.926	1.279

30/09/2015 (6 meses)

	Compra de combustível	Compra de Cana-de-açúcar	Serviços tomados	Fianças tomadas	Despesa com pró-labore	Compra de ativo imobilizado	Aquisição Paraíso	Pagamento superveniências	Total
ABT Participações Ltda.	-	-	-	-	86	-	-	-	86
Alfredo Tonon	-	405	-	-	-	-	-	-	405
Alfredo Tonon e Outros	-	13	-	-	-	-	-	-	13
ALT Participações Ltda.	-	-	-	-	86	-	-	-	86
ANT Participações Ltda.	-	-	-	-	86	-	-	-	86
Aparecida T. Tonon Ghiselli	-	232	-	-	-	-	-	-	232
Auto Posto Santa Cândida de Bocaina Ltda.	15.834	-	-	-	-	-	-	-	15.834
CAJRTParticipações Ltda.	-	-	-	-	117	-	-	-	117
Celso Roberto Tonon	-	139	-	-	-	-	-	-	139
Flavio Albuquerque Pinheiro	-	-	-	70	-	-	-	-	70
JAT Participações Ltda.	-	-	-	-	86	-	-	-	86
José Antônio Tonon	-	166	-	-	-	-	-	-	166
Mauro Albuquerque Pinheiro	-	998	-	-	-	-	-	-	998
Renata de Albuquerque Pinheiro	-	-	-	70	-	-	-	-	70
Renato José Tonon	-	216	-	-	-	-	-	-	216
RJT Participações Ltda.	-	-	-	-	86	-	-	-	86
Silvia de Barros Brisola	-	-	-	35	-	-	-	-	35
Tereza de Francisco Delbuque	-	108	-	-	-	-	-	-	108
Tonon Agro Imóveis Rurais Ltda.	-	5.735	-	-	-	-	-	-	5.735
Wilson Helio A. Pinheiro Jr.	-	-	-	70	-	-	-	-	70
Total	15.834	8.012	-	245	547	-	-	-	24.638

31/03/2015 (12 meses)

	Compra de combustível	Compra de Cana-de-açúcar	Serviços tomados	Fianças tomadas	Despesa com pró-labore	Compra de ativo imobilizado	Aquisição Paraíso	Pagamento superveniências	Total
AbelmirBortoloTonon	-	-	-	33	-	-	-	-	33
ABT Participações Ltda.	-	-	-	-	153	-	-	-	153
Alfredo Tonon	-	505	-	49	-	-	-	-	554
Alfredo Tonon e Outros	-	46	-	-	-	-	-	-	46
ALT Participações Ltda.	-	-	-	-	153	-	-	-	153
ANT Participações Ltda.	-	-	-	-	153	-	-	-	153
Antônio Tonon	-	-	-	21	-	-	-	-	21
Aparecida T. Tonon Ghiselli	-	236	-	-	-	-	-	-	236
Auto Posto Santa Cândida de Bocaina Ltda.	24.562	-	-	-	-	-	-	-	24.562
CAJRTParticipações Ltda.	-	-	-	-	153	-	-	-	153
Celso Roberto Tonon	-	286	-	38	-	-	-	-	324
DioneteTonon	-	147	-	-	-	-	-	-	147
Flavio Albuquerque Pinheiro	-	19	-	188	-	-	-	-	207
J. Tonon Transportes Ltda.	-	-	493	-	-	-	-	-	493
JAT Participações Ltda.	-	-	-	-	153	-	-	-	153
José Antônio Tonon	-	151	-	40	-	-	-	-	191
Mauro Albuquerque Pinheiro	-	748	-	-	-	-	-	-	748
Pinhal Administração de Bens	-	1.349	-	-	-	-	-	-	1.349
Renata de Albuquerque Pinheiro	-	19	-	188	-	-	-	-	207
Renato José Tonon	-	173	-	38	-	-	-	-	211
RJT Participações Ltda.	-	-	-	-	155	-	-	-	155
Silvia de Barros Brisola	-	10	-	94	-	-	-	-	104
Tereza de Francisco Delbuque	-	86	-	-	-	-	-	-	86
Tonon Agro Imóveis Rurais Ltda.	-	7.355	-	-	-	-	-	-	7.355
Wilson Helio A. Pinheiro Jr.	-	19	-	188	-	-	-	-	207
Total	24.562	11.149	493	877	920	-	-	-	38.001

30/09/2014 (6 meses)

	Compra de combustível	Compra de Cana-de-açúcar	Serviços tomados	Fianças tomadas	Despesa com pró- labore	Compra de ativo imobilizado	Aquisição Paraíso	Pagamento Superveniências	Total
AbelmirBortoloTonon	-	-	-	33	-	-	-	-	33
ABT Participações Ltda.	-	-	-	-	77	-	-	-	77
Alfredo Tonon	-	-	-	49	-	-	-	-	49
Alfredo Tonon e Outros	-	46	-	-	-	-	-	-	46
ALT Participações Ltda.	-	-	-	-	77	-	-	-	77
ANT Participações Ltda.	-	-	-	-	77	-	-	-	77
Antônio Tonon	-	-	-	21	-	-	-	-	21
Aparecida T. Tonon Ghiselli	-	236	-	-	-	-	-	-	236
Auto Posto Santa Cândida de Bocaina Ltda.	18.526	-	-	-	-	-	-	-	18.526
CAJRTParticipações Ltda.	-	-	-	-	77	-	-	-	77
Celso Roberto Tonon	-	119	-	38	-	-	-	-	157
DioneteTonon	-	147	-	-	-	-	-	-	147
Flavio Albuquerque Pinheiro	-	12	-	110	-	-	-	-	122
J. Tonon Transportes Ltda.	-	-	493	-	-	-	-	-	493
JAT Participações Ltda.	-	-	-	-	77	-	-	-	77
José Antônio Tonon	-	151	-	40	-	-	-	-	191
Mauro Albuquerque Pinheiro	-	748	-	-	-	-	-	-	748
Pinhal Administração de Bens	-	865	-	-	-	-	-	-	865
Renata de Albuquerque Pinheiro	-	12	-	110	-	-	-	-	122
Renato José Tonon	-	136	-	38	-	-	-	-	174
RJT Participações Ltda.	-	-	-	-	77	-	-	-	77
Silvia de Barros Brisola	-	6	-	55	-	-	-	-	61
Tereza de Francisco Delbuque	-	86	-	-	-	-	-	-	86
Tonon Agro Imóveis Rurais Ltda.	-	6.608	-	-	-	-	-	-	6.608
Tonon Holding S.A.	-	-	-	-	-	-	-	3.420	3.420
Wilson Helio A. Pinheiro Jr.	-	12	-	110	-	-	-	-	122
Total	18.526	9.184	493	604	462	-	-	3.420	32.689

30 Patrimônio líquido - Controladora

Capital social

Em 26 de junho de 2014 houve aumento de capital pelo FIP Terra Viva no montante de R\$ 13.758 através da capitalização de créditos oriundos do mecanismo de ajuste do preço de compra decorrente da aquisição pela Companhia das ações de emissão da Paraíso Bioenergia S.A.. Houve, ainda, aumento de capital pela Tonon Holding S.A. no montante de R\$ 2.731 decorrente de Acordo de Indenização e Outras Avenças.

Em 15 de julho de 2015 houve o aumento de capital pelo Brotas Fundo de Investimento em Participações através de capitalização de crédito (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC) oriundo da alienação à Companhia de ações de emissão da Paraíso Bioenergia S.A., no montante de R\$ 50 milhões. Esse aumento está dividido em R\$ 6.326 no capital social e R\$ 43.674 na reserva de capital representada pelo valor excedente do preço de emissão na subscrição de ações.

Em 30 de setembro de 2015, o capital social é de R\$ 111.080, dividido em 61.871.571 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, e 34.707.534 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal. O capital social é composto pelos seguintes acionistas:

	30/09/2015		31/03/2015	
	Ações (milhares)	R\$	Ações (milhares)	R\$
Tonon Holding S.A. (i)	55.545	57.931	55.545	57.931
FIP - Terra Viva (ii)	34.707	46.823	34.707	46.823
Brotas Fundo de Investimentos em Participações	6.326	6.326	-	-
		111.080		104.754

- (i) Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais garantem direito de voto na Assembleia Geral;
- (ii) Ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais têm direito a voto na Assembleia Geral, sendo assegurada a prioridade no reembolso do capital.

Todo capital social encontra-se subscrito e devidamente integralizado.

Reserva de capital

Representada pelo valor excedente do preço de emissão na subscrição de ações pelo fundo FIP Terra Viva.

Reserva especial de ágio

Representada pelo benefício fiscal gerado pelo ágio através das incorporações societárias realizadas pela Companhia.

A Companhia, para fins societários, realizou a baixa desse ágio, pois para as práticas contábeis adotadas no Brasil esse ágio não atende aos requisitos de reconhecimento contábil, entretanto, a parcela do benefício fiscal a qual a Companhia tem direito foi mantida conforme opinião legal de seus assessores legais.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro ajustado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei no. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

Havendo lucro no exercício, o estatuto social vigente da Companhia requer que a Assembleia Geral Ordinária delibere sobre a distribuição de dividendos, sendo de no mínimo 30% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei no. 6404/76.

Ajuste de avaliação patrimonial

Referente a adoção do custo atribuído feita para o ativo imobilizado na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e da contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

31 Receita operacional

As receitas operacionais da Companhia são compostas pela venda de açúcar, etanol e energia elétrica para os mercados interno e externo.

A conciliação entre a receita bruta e receita líquida é como segue.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015 (6 meses)	30/09/2014 (6 meses)	30/09/2015 (6 meses)	30/09/2014 (6 meses)
Receita bruta de vendas no mercado interno	268.839	257.510	268.839	257.510
Receita bruta de vendas no mercado externo	264.735	313.704	264.735	313.704
Receita bruta de vendas de serviços	2.386	4.448	2.386	4.448
Receita bruta de vendas	1.061	151	1.061	151
	537.021	575.813	537.021	575.813
Menos:				
Deduções e abatimentos	(2.226)	(9.623)	(2.226)	(9.623)
Impostos sobre as vendas	(29.642)	(25.835)	(29.642)	(25.835)
Impostos sobre as vendas	(267)	(40)	(267)	(40)
	(32.135)	(35.498)	(32.135)	(35.498)
Total da receita	504.886	540.315	504.886	540.315

32 Despesas e outras receitas operacionais

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015 (6 meses)	30/09/2014 (6 meses)	30/09/2015 (6 meses)	30/09/2014 (6 meses)
Despesas operacionais por natureza				
Acertos contratuais	-	(6.151)	-	(6.151)
Perdas com contrato de parceria	(27.896)	(14.624)	(27.896)	(14.624)
Despesas comerciais de fretes e embarques	(35.857)	(33.793)	(35.857)	(33.793)
Provisão para contingências	(15.535)	-	(15.535)	-
Despesa com pessoal	(11.613)	(11.348)	(11.613)	(11.348)
Despesas/Receitas com impostos, taxas e contribuições	(884)	(2.400)	(884)	(2.400)
Outras despesas	(4.664)	(2.577)	(4.664)	(2.577)
Serviços de terceiros	(6.108)	(3.395)	(5.813)	(3.395)
Depreciação e amortização	(1.016)	(1.356)	(1.016)	(1.356)
Perda na venda de investimentos	(2.383)	(357)	(2.383)	(357)
Outras receitas operacionais líquidas	5.559	3.915	5.559	3.915
Despesa / Receita PDD - Clientes	(863)	93	(863)	93
	(101.260)	(71.993)	(100.965)	(71.993)
Despesas operacionais por função				
Despesas administrativas	(6.837)	(3.292)	(6.837)	(3.292)
Despesas de vendas	(37.467)	(34.515)	(37.467)	(34.515)
Despesas gerais	(31.183)	(14.803)	(31.183)	(14.803)
Outras despesas operacionais líquidas	(25.773)	(19.383)	(25.478)	(19.383)
	(101.260)	(71.993)	(100.965)	(71.993)

33 Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2015 (6 meses)	30/09/2014 (6 meses)	30/09/2015 (6 meses)	30/09/2014 (6 meses)
Receitas financeiras				
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	367	2.068	367	2.068
Rendimentos de aplicações financeiras	2.059	1.523	2.059	1.523
Descontos obtidos	240	57	240	57
Juros ativos	1.263	541	1.263	541
Multas contratuais	1.531	-	1.531	-
Variação cambial ativa	2.207.907	302.189	1.494.917	302.189
	2.213.367	306.378	1.500.377	306.378
Despesas financeiras				
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(2.266)	(5.332)	(2.266)	(5.332)
Juros passivos e despesas bancárias	(151.891)	(110.777)	(151.891)	(110.777)
Multas contratuais	(2.791.154)	-	(2.078.314)	-
Variação cambial passiva	(69)	(435.441)	(68)	(435.441)
	(2.945.380)	(551.550)	(2.232.539)	(551.550)
Resultado financeiro líquido	(732.013)	(245.172)	(732.162)	(245.172)

34 Subvenção governamental - Controladora

A Companhia possui programa de incentivo fiscal estadual junto ao Estado de Mato Grosso do Sul na forma de deferimento do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. A utilização do benefício pela Companhia está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no termo de acordo, cujas condições referem-se a fatores sob controle da própria Companhia.

O benefício relativo a redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal.

O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração de resultado como deduções na linha impostos sobre as vendas.

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2015, o valor do incentivo que impactou o resultado foi de R\$ 6.687 e R\$ 8.389, respectivamente.

35 Compromissos firmes - Controladora

Abaixo consta a expectativa de produção para a Safra 2015/2016 com os respectivos volumes de compromissos com clientes, bem como os compromissos para as próximas safras, referentes a contratos já firmados com clientes e fornecedores, parceiros e arrendamentos de cana-de-açúcar.

Produção prevista versus compromissos com clientes

	<u>Valores de açúcar (em toneladas)</u>		
	Produção prevista + Estoque	Compromissos Com clientes	Volume Compromissado (%)
30/09/2015	497.783	481.160	96,66%

Compromissos com clientes para as próximas safras para venda de açúcar

Ano/Safra	Toneladas de açúcar
2016/2017	551.100
2017/2018	384.300
2018/2019	276.000
2019/2020	220.000
2020/2021	70.000
	<hr/> 1.501.400 <hr/>

Contratos fechados para 2015 e anos subsequentes de fornecedores e parceiros e arrendamentos

Safras futuras	Compromissos com fornecedores em milhares de R\$
Safra 2015/2016	63.537
Safra 2016/2017	112.913
Safra 2017/2018	87.909
Safra 2018/2019	47.658
Safra 2019/2020	31.588
Safra de 2020/2021 a 2030/2031	<u>166.053</u>
	<u>509.658</u>

Para fins de valorização dos compromissos de pagamentos de fornecedores, parceiros e arrendamentos, foi utilizado o valor do ATR vigente no mês de setembro de 2015 de R\$ 0,4793 kg/ATR e nas demais safras para os compromissos fechados.

36 Programa de participação nos lucros e resultado - Controladora

Em conformidade com os Acordos Coletivos de Trabalho, firmados com as categorias de seus colaboradores, a Companhia implementou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas tendo como base o plano orçamentário.

Os indicadores operacionais e financeiros acordados entre a Companhia e os colaboradores, através dos sindicatos que os representam, estão relacionados aos seguintes aspectos: (i) índices operacionais agroindustriais; (ii) índice orçamentário; (iii) índices estatísticos de segurança, saúde e meio ambiente; (iv) ganhos econômicos com mudanças de processos e a respectiva qualidade; e (v) desempenho econômico-financeiro.

O valor da participação nos lucros e resultado, o qual foi registrado como custos e despesas operacionais, está demonstrado abaixo:

	<u>Controladora</u>	
	30/09/2015	30/09/2014
	(6 meses)	(6 meses)
Participação nos lucros e resultados	3.616	3.965

37 Aspectos ambientais

O Grupo considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais e diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas.

O Grupo acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.